



ALTERIDADE E VIOLÊNCIA: TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO NO DF

Ondina Pena Pereira
Flávia Bascuñán Timm
Daniela Cabral Gontijo

Introdução

Pretendemos, neste artigo, analisar a experiência de cooperação entre o grupo de pesquisa *Alteridade e violência: travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição no DF* e a ANAV-TRANS, associação que se constitui em torno do objetivo de apoio e valorização da vida de travestis, transexuais e transgênerxs do Distrito Federal e Entorno, buscando, dessa maneira, criar métodos e instrumentos de luta contra a situação de vulnerabilidade, pobreza e abandono em que se encontra uma grande parte dessa população.

A análise visa principalmente duas dimensões da experiência. A primeira refere-se ao método utilizado na produção da parceria, que se inspirou na idéia de uma antropologia compartilhada (Jean Rouch, Anita Leandro), associada a uma estratégia das trocas simbólicas (Baudrillard), segundo as quais não há “objeto de pesquisa”, mas jogo de desafio e de trocas entre parceiras. Dessa forma, tanto o conteúdo das entrevistas como o trabalho de campo foram conduzidos pelas próprias travestis, que aceitaram o desafio de pesquisar a violência que elas próprias sofrem, ao realizar, juntamente com nosso grupo, 86 entrevistas com travestis e mulheres transexuais nos diversos locais de prostituição em todo o DF. Analisamos aqui os deslocamentos produzidos através desses procedimentos, principalmente porque reverberaram fortemente no grupo de pesquisa *Alteridade e Violência*, produzindo aí novos deslocamentos, o que seria a segunda dimensão.

O método da parceria

Uma das denúncias mais frequentes dos movimentos sociais em relação aos trabalhos acadêmicos para os quais constituem tema é o fato de os procedimentos de pesquisa adotados - por mais que sejam construídos em uma posição crítica com relação à tradicional oposição distintiva entre sujeito e objeto e adotem novas nomenclaturas para a relação, que substituam a noção de “objeto” para a noção de “colaborador(a)” – nunca enfrentarem com radicalidade o problema de uma ética da pesquisa que promova efetivamente deslocamentos no que respeita aos seguintes aspectos: a) anseio em apreender o objeto, que o insere numa posição passiva diante do ato do



conhecimento; b) da autoria, que negligencia a produção de saber do alvo da pesquisa; c) a pretensa intelectualidade/saber sobre um tema específico, que silencia e aniquila o sujeito falante e pensante da pesquisa. Estamos, nesse sentido, muito longe daquilo que Bakhtin chama “filosofia do ato”, segundo a qual não pode haver separação entre o ato da cognição e o ato da ação. Não dar suporte a estas separações requer, ao pesquisador, implicar-se com toda a responsabilidade dos seus gestos e da sua vida. Não se trata de descrever os atos em abstrato, mas o mundo no qual os atos se tornam responsabilmente conscientes de si e são realmente desempenhados.

Nas suas palavras (Bakhtin, 1997)

“Qualquer pensamento meu, com seu conteúdo, é meu ato ético individual e responsável, é um dos atos éticos dos quais se compõe minha vida única, concebida como um atuar ético permanente, porque a vida em sua totalidade pode ser examinada com uma espécie de ato ético complexo: eu atuo mediante toda a minha vida, e cada ato e cada vivência isolada é um momento de minha vida enquanto atuar ético”.

Por uma outra perspectiva, uma atuação investigativa estruturada na práxis implica considerar que “tanto a ciência como a realidade estudada por esta, são produtos da práxis social, o qual significa dizer que tanto o sujeito como o objeto do conhecimento encontram-se *performados socialmente*” (Castro-Gómez, 2001, p.112). Pesquisadores(as) tampouco estão isentos(as) do contexto social, político e econômico no ato do conhecimento. Não há neutralidade, solidariedade, autenticidade quando estamos todos(as) imersos(as) na mesma teia cultural, que constitui os processos investigativos de forma a afirmar a proeminência do sujeito e a passividade do objeto.

O método produzido pela parceria entre uma pesquisa vinculada à academia e uma associação de travestis e mulheres transexuais foi uma tentativa de dar corpo a essa delicada questão. Assim, não se tratou apenas de um recurso epistêmico, mas de uma demanda social e política, uma recusa a dar continuidade às separações artificiais entre pensamento e vida, universidade e mundo, e tornarmo-nos partidárias de uma situação na qual não há sujeitos e objetos, eu e os outros, mas o conjunto dos fluxos que a atravessam e que vêm à tona na forma de um jogo de desafio e de trocas no qual parceiras se engajam. O que importa é a restituição de toda comunicação possível, principalmente aquela que é condenada à inércia pela estrutura de poder e hierarquia que se instala na relação sujeito/objeto. Não se pretende aqui falsear um lugar imparcial ou forjar neutralidade. Processos opressivos recaem mais sobre as pesquisadoras da ANAV-TRANS. Tampouco há ausência de hierarquias – o lócus acadêmico é elitista e não mudará com a nossa pesquisa. Mas uma academia que abarque tipos outros de discursividades, ideias, aspirações e a implosão da distinção entre sujeitos e objetos permanece como horizonte utópico.

Para começar, houve a produção conjunta do questionário, no qual foram colocadas as perguntas levantadas pelas travestis e mulheres transexuais integrantes da ANAV-TRANS. Além



disso, alguns critérios foram estabelecidos em parceria, os quais foram inteiramente levados em conta no momento de elaboração das perguntas: o primeiro critério foi a construção de um questionário cujas perguntas mantivessem um estreito liame com as vidas das pessoas que iriam a campo e a vida das que seriam abordadas. O segundo critério foi o de que tais perguntas não soassem apenas como um desejo de obter informação, de acumular dados, mas como o compromisso de reverberação no movimento das travestis e mulheres transexuais, com a transformação das perguntas em formas de vida e formas de luta contra a transfobia.

No que concerne às pesquisadoras ligadas ao mundo acadêmico, essa experiência de construção conjunta deveria se constituir em espaço de reflexão não só sobre a relação entre mundo acadêmico e movimento social, mas também sobre as suas próprias formas de vida e de produção de liame entre pensamento e vida, que se refere à discussão da segunda dimensão da experiência.

Constituiu-se, assim, um espaço de parceria que pode ser compreendido através da estratégia baudrillardiana das trocas simbólicas, associada a uma antropologia compartilhada à maneira de Jean Rouch (1997), da qual nos aproximamos através de Anita Leandro (2007).

Trocas simbólicas e antropologia compartilhada

A noção de simbólico em Baudrillard é inspirada em Mauss (1988) que, em seu *Ensaio sobre a Dádiva*, descreveu, nos chamados “grupos primitivos”, grandes sistemas de troca que não podem ser lidos através do conceito de troca econômica tal como é modernamente compreendido. A essa forma de trocar, Baudrillard (1976) chamou “troca simbólica”, porque nela não importa o valor econômico dos objetos trocados, mas o valor simbólico da troca, que promove o estabelecimento de laços sociais. O que importa não é a mercadoria, nem a abstração econômica das coisas trocadas, mas o próprio desafio da troca e da obrigação ritual que ela gera, baseada na reciprocidade: ao desafio de um dom responde sempre um contra-dom, independentemente de qualquer valor econômico. A troca simbólica se consuma, sem deixar resto ou excedente.

Mas não é somente ao plano das trocas de bens, de produtos, que essa contraposição entre trocas simbólicas e trocas econômicas se aplica. Ela se aplica também a uma análise da cultura, da comunicação e das teorias da linguagem, que na modernidade são reduzidas a uma instância econômica determinante, sendo denominadas, por isso, “economia da linguagem”, “economia sexual”, etc. (Baudrillard, 1979). Com a idéia de troca simbólica, o autor pretende inscrever um lugar estratégico a partir do qual pode tomar a troca econômica a contrapelo e nesse movimento realizar uma crítica política da nossa sociedade.



Filósofos contemporâneos, como Baudrillard, convergem com os Estudos Culturais que igualmente articulam esse deslocamento para questionar a “lógica cultural” do capitalismo, mas com a diferença de que os Estudos Culturais “radicalizam a pergunta ao suspeitar que a “lógica cultural” do sistema-mundo se encontra atravessada pela gramática social da colonização (Castro-Gómez, 2001, p. 123)”

A crítica dos Estudos Culturais também impugna a noção moderna de universalidade, ao considerá-la eurocentrada, desenvolvimentista e positivista, sobretudo na produção de conhecimento. Para tanto, postula o trabalho teórico como campo de luta pelo “controle social dos significados”, deslocando o ponto de vista para entender a própria cultura como “campo de luta pelo acesso à hegemonia”.

Catherine Walsh (2002) igualmente esquadrinha a concepção universalista da modernidade com a crítica da matriz hegemônica que, embora se apresente revestida de uma discursividade multicultural e inclusiva, só faz fagocitar as diferenças e pasteurizá-las em função de um lócus já dado – a própria cultura hegemônica colonial, racista, patriarcal, universalista-eurocentrada, desenvolvimentista-moderna e, sobretudo, capitalista. Isso se dá por uma desvalorização de saberes tidos como primitivos e arcaicos. Em contrapartida, Walsh articula o deslocamento de saberes desconstruídos e descolonizados para um novo lócus que possa, de fato, fundamentar-se na interculturalidade. Essa concepção está intimamente atrelada ao conceito da troca simbólica: o espaço de uma interculturalidade balizada pela reciprocidade e reversibilidade dos termos é o espaço no qual se visa não deixar excedente, é o espaço onde a troca econômica, tão central para a acepção moderna-universalista do multiculturalismo perde, incomensuravelmente, o sentido.

Em suma, a forma moderna de organização do mundo, acima descrita, é fundada em uma economia, que se traduz em um sistema de valor na base de oposições distintivas, lá onde as culturas da troca simbólica estabeleceram a reversibilidade dos termos.

Não falaremos da gênese dessas oposições, mas constatamos a sua forte presença normativa na relação do ocidente moderno com o mundo: sujeito/objeto, masculino/feminino, bem/mal. O primeiro termo das oposições é sempre positivo, ativo, o segundo sempre negativo, passivo. Trata-se aqui de apostar na hipótese de que, para além da forma econômica de organizar o mundo, permanece indestrutível a forma simbólica da troca, a qual pode ser resgatada. O desafio: embora estejamos cercados de racionalidade econômica, que institui as oposições, entre elas a de sujeito/objeto, a forma fundamental, radical, é sempre a forma da troca simbólica, portanto, da negação do econômico, da negação das oposições. Isso significa que há um potencial de



reversibilidade desses termos que é guardado exatamente pelo segundo termo do par, único que permanece com a capacidade de expor os limites da forma moderna de representação do mundo.

A ordem da produção apóia-se em um princípio econômico. Nela, há a proeminência de um sujeito, seu desejo, sua vontade de saber e seu discurso com a pretensão de desvelar o mundo. Contra essa ordem, é possível articular outra forma, cuja característica é a soberania do objeto, sua indiferença ao desejo de conhecimento do sujeito, aos seus dispositivos de produção de verdades. Essa forma da troca simbólica escapa ao sistema de acumulação e joga o tempo inteiro com a reversibilidade entre os termos, trazendo-lhes a completa insegurança quanto ao seu fundamento ou quanto à superioridade de um dos termos em relação ao outro. Assim, quebram-se os sistemas totalizadores construídos pelos sujeitos, submetidos a uma economia-patriarcal-racista que coloca o homem branco no ápice da hierarquia, e ressurge a possibilidade da troca entre parceiras, na qual se pode fazer escutar o eco do encontro, sempre gerador do inesperado, do imprevisto.

É dessa forma que a troca simbólica, no reverso da produção discursiva dos modernos, pode ser compreendida nos termos da antropologia compartilhada de Jean Rouch. De acordo com essa forma de investigação, no que concerne à produção do filme documentário, confere-se um lugar importante para o retorno ao campo, momento em que os personagens do filme o discutem, constroem suas críticas e autocríticas e apontam formas de utilização de suas imagens e de suas falas. Jean Rouch rompe com o modelo sociológico hegemônico - que pretende investir as entrevistas de um poder de verdade transferido ao entrevistador - e permite ao entrevistado a recuperação de sua potência definidora do conteúdo do filme, o que o liga diretamente ao processo de pesquisa.

Acolhido como parceiro da pesquisa, o entrevistado deixa de ser um mero “informante” para assumir o lugar de condutor da narrativa. Dessa forma, o filme se constrói como testemunha de um jogo dual entre o que, com base em Baudrillard, estamos chamando de parceiras, dito assim, no feminino, para distingui-lo do sistema de oposições distintivas que entendemos como um sistema masculino.

A forma do jogo dual entre parceiras foi a ética que procuramos constituir no processo da pesquisa. Com essa forma, buscamos abrir o campo de investigação para o acolhimento de experiências inusitadas e sentidos não antecipados que escapam tanto à objetividade do discurso estabelecido, como às distinções e hierarquias próprias da construção desses discursos, tais como a distinção entre sujeito e objetos e entre ação e cognição.



Deslocamentos e revezamentos.

A proposta inicial do projeto foi a de trabalhar em parceria. No entanto, demorou mais de um ano para que firmássemos a cooperação. Em alguns momentos cogitamos interromper a pesquisa e devolver o recurso ao seu órgão financiador, o CNPq. Objetivávamos encontrar travestis dispostas a integrar a pesquisa. No campo eram receptivas, algumas até inquiriam sobre a ajuda de custo, mas nada concreto. Quando muito, marcavam encontros e não compareciam. Isto ocorreu algumas vezes, depois de confirmadas e reconfirmadas as reuniões. Não é difícil compreender a resistência delas. Talvez uma evidência de que as pesquisas vêm, vão, e nada muda. Talvez por que nunca se reconhecem nos resultados que as pesquisas apresentam.

Mudamos de tática: decidimos abrir o espaço do Núcleo de Diversidade Sexual e Gênero/UnB (NEDIG), no SCS, para travestis e transexuais. A distribuição de preservativos foi nossa estratégia de aproximação. Assim, começamos a divulgar o espaço do NEDIG. Resolvemos disponibilizar atendimentos psicossociais. Certa noite, uma das pessoas com quem conversamos no campo foi mais direta no seu repúdio a psicólogos(as): “são tipos que estão sempre interessados em nos classificar. O que precisamos mesmo é de advogados(as), é de ajuda para que nos defendamos das intervenções arbitrárias de policiais”, tais como o lançamento, desde dentro de viaturas, de bombas de efeito moral, para assustá-las.

Nessa mesma época, um dos integrantes da pesquisa, que trabalha também com população em situação de rua na SEDEST, conheceu a Charlotte. Travesti militante, estava em processo avançado de construção da ANAV-TRANS e procurava um lugar em que pudesse promover as reuniões da Associação. Por outro lado, nós ainda tentávamos amarrar mais interlocuções (algumas incursões de estagiárias/os que se vincularam a pesquisa foram até exitosas, mas não com fôlego para a proposta inicial de “mapeamento da violência...”).

Por fim, o campo se deu após várias reuniões entre nosso grupo e a ANAV-TRANS. Conversamos sobre a proposta de mapeamento da situação de vulnerabilidade das travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição do DF, do método, sobre o questionário, realizamos uma capacitação prevista no projeto, que foi também uma oportunidade de ouvirmos os relatos delas sobre violência policial e outras. Apesar da convivência mais próxima, não foi sem estranhamento que ouvimos a habitualidade da violência policial e o que nos parecia violência ultrajante, amenizava-se nos relatos delas. Talita, por exemplo, riu da vez que teve de dançar em cima da mesa do delegado para ser “liberada”. Nosso pasmo com tal violência foi retrucada: “para o que passamos, isso não é nada!” Michele, porém, interpelou a todas: “será que de tanta violência já



não estamos acostumadas?” . Foram dois dias de capacitação. Compartilhamos nossas posições e “afinamos linguagens”. Elas estavam animadas com a pesquisa, pois os dados quantitativos poderiam ser transformados em ferramentas políticas de denúncia. A possibilidade de receberem pagamento como pesquisadoras também as mobilizou. Na semana seguinte iriam para um Seminário no Rio de Janeiro. Proliferavam conjecturas promissoras sobre o futuro da ANAV.

Ao final, fizemos 86 entrevistas, participamos de diversas reuniões da ANAV, e do II Seminário da Visibilidade de Travestis e Transexuais do Distrito Federal, realizada pela ONG Elos LGBT/D em co-parceria com a ANAV. Em sua palestra, a presidenta da Associação reportou a pesquisa como uma importante experiência para a Associação. Durante toda a imersão no campo, as pesquisadoras da ANAV-TRANS encaminharam as entrevistadas para atendimento especializado no NUDIN/GDF, que atua em parceria com a ANAV e com a pesquisa Alteridade e Violência.

Sissy, vice-presidenta da ANAV, também relata a pesquisa como positiva: “foi uma experiência muito boa, porque como fundadora da associação das travestis e transexuais aqui do DF é o primeiro trabalho que a gente está fazendo e podendo registrar.”

Michelle contou os detalhes na experiência da abordagem:

“A gente acabou sentando num barzinho lá que é de uma amiga da Letícia. Ela falou: pode sentar aqui pra fazer uma entrevista? tudo bem, pode fazer, foi super chique, super confortável, sentamos na mesinha lá, a cadeira toda bonitinha, nem tivemos necessidade de abordar assim de uma a uma, entendeu? Elas, quando viam uma lá fazendo a entrevista, acabavam ficando na curiosidade pra saber o quê que era. O Pedro explicava, porque às vezes eu e a Sissy a gente ficava ocupada fazendo as entrevistas... e ele explicava o que era, “vcs topam?”, “ah eu topo”, “esperem um minutinho que elas já tão acabando”...

Pedro, parceiro de campo, comentou que a companhia delas nesse espaço passa uma sensação de segurança. O antropólogo sugere um deslocamento da própria noção de “vulnerabilidade”: “saindo do centro, eu é que me sinto, muitas vezes, vulnerável; e estar com elas diminui essa sensação”. Compartilhamos, também, dessa percepção. Durante o campo, não raro vivenciamos situações em que nos sentimos vulneráveis. A sensação de ameaça, todavia, por estar em um espaço mais inóspito para acadêmicos(as) brancos(as) burgueses(as) que somos, ocorreu sempre nos momentos em que estávamos sem a presença de travestis e transexuais. Ao passar, certa vez, de uma quadra a outra, em uma noite no Setor Comercial Sul, alguns homens “cara-de-pouco-amigos” começaram a nos cercar. Apertamos o passo e a sensação foi de alívio ao enxergar um grupo de travestis que “fazia ponto” sob as árvores do estacionamento. Parece habitar nosso imaginário, a impressão de que o espaço é delas, que conjugam a gramática desse território e transitam bem por ele. Parece também paradoxal que a companhia delas nos imprima tamanha segurança, mesmo sabendo que é nesse espaço da rua que muitas delas morrem como *vidas nuas*, na



acepção que lhe dá Agamben. No entanto, o paradoxo se desfaz quando pensamos que, não sendo *vidas nuas*, nosso risco é outro, é o de não conseguir trafegar pelo espaço, de nos faltar gramática para isso. É desse risco que elas nos protegem.

De todo modo, se é fato que houve a reciprocidade da parceria - em nossa atuação na cooperação com a ANAV-TRANS, e esta, no trabalho da pesquisa - é certo também que elas contribuíram mais conosco do que o contrário. Mesmo que a sensação de que não teríamos concluído a pesquisa sem elas pareça deixar um excedente e contradizer a troca simbólica, esta não deixa de ser o horizonte utópico de uma ética baseada na reciprocidade.

Assim, a reciprocidade torna-se um vigoroso desafio de ação: um despojamento da cultura da representação, um deslocamento constante, um engajamento de ação, como numa corrida de revezamento, onde se passa o bastão, mas de teoria à teoria, de prática à prática, como sugere Deleuze:

“a prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra” [...] Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede. (FOUCAULT, 2006, p. 69/70)”

Nesse sentido, acreditamos ter dado alguns pontos na articulação entre antropologia compartilhada, troca simbólica e teoria como ação. Nosso intuito, com isso, foi o de tentar trazer desconforto aos lugares estabelecidos por uma epistemologia que, comprometida com representações rígidas do ato de conhecer, vem historicamente colonizando nossos textos e cerebelos.

Referências bibliográficas

- BAJTIN, Mijail M. *Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores: y otros escritos* / Rubi (Barcelona) : Anthropos; San Juan : Universidad de Puerto Rico, 1997
- BAUDRILLARD, Jean. *L'échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard, 1976.
- . *De la Seduction*. Paris : Galilée, 1979
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Teoria Tradicional y Teoria Crítica de La Cultura*. *IMPULSO N. 29*. Volume 12 Universidade Metodista de São Paulo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Os intelectuais e o Poder*, in: *Microfísica do Poder*. Org. e trad. R. Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- LEANDRO, Anita. O silêncio é de ouro - sobre o lugar da palavra no documentário contemporâneo. In: *As vozes do silenciado*. Brasília : Universa, 2007
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa : Edições 70, 1988
- ROUCH, Jean. Poesia, dislexia e câmera na mão. *Cinemais* n. 8, p. 7-34, Nov./dez., 1997
- WALSH, Catherine. (De) Construir la interculturalidad. Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. Em: FULLER, Norma.



Interculturalidad y Política. Desafíos y posibilidades. Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú. Lima, 2002, pp. 115-142.